



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP ART JEFFERSON LAGES DOS SANTOS FILHO

**UMA ANÁLISE SOBRE A IMPORTÂNCIA NA PROJEÇÃO MILITAR
BRASILEIRA NAS AMÉRICAS, REFLEXO DE SUA ATUAÇÃO COMO
FORÇA DE PAZ NAS MISSÕES DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES
UNIDAS NOS CONTINENTES AMERICANOS E ORIENTE MÉDIO**

**Rio de Janeiro
2019**

Rio de Janeiro
2019



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP ART JEFFERSON LAGES DOS SANTOS FILHO

**UMA ANÁLISE SOBRE A IMPORTÂNCIA NA PROJEÇÃO MILITAR
BRASILEIRA NAS AMÉRICAS, REFLEXO DE SUA ATUAÇÃO COMO
FORÇA DE PAZ NAS MISSÕES DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES
UNIDAS NOS CONTINENTES AMERICANOS E ORIENTE MÉDIO**

Trabalho acadêmico apresentado
à Escola de Aperfeiçoamento de
Oficiais, como requisito para a
especialização em Ciências Militares
com ênfase em Gestão Operacional

Rio de Janeiro
2019



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DECEx - DESMil
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
(EsAO/1919)**

DIVISÃO DE ENSINO / SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor: Cap Art JEFFERSON LAGES DOS SANTOS FILHO

**Título: UMA ANÁLISE SOBRE A IMPORTÂNCIA NA PROJEÇÃO
MILITAR BRASILEIRA NAS AMÉRICAS, REFLEXO DE SUA ATUAÇÃO
COMO FORÇA DE PAZ NAS MISSÕES DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES
UNIDAS NOS CONTINENTES AMERICANO E ORIENTE MEDIO**

**Trabalho Acadêmico, apresentado à
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais,
como requisito parcial para a obtenção
da especialização em Ciências
Militares, com ênfase em Gestão
Operacional, pós-graduação
universitária lato sensu.**

APROVADO EM _____ / _____ / _____ CONCEITO: _____

BANCA EXAMINADORA

Membro	Menção Atribuída
DOUGLAS MACHADO MARQUES - Cel Cmt Curso e Presidente da Comissão	
EDUARDO SOSTER – Maj 1º Membro	
RENAN LOPES ALCANTRA - Maj 2º Membro e Orientador	

JEFFERSON LAGES DOS SANTOS FILHO – Cap
Aluno

UMA ANÁLISE SOBRE A IMPORTÂNCIA NA PROJEÇÃO MILITAR BRASILEIRA NAS AMÉRICAS, REFLEXO DE SUA ATUAÇÃO COMO FORÇA DE PAZ NAS MISSÕES DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NOS CONTINENTES AMERICANO E ORIENTE MEDIO

Jefferson Lages Dos Santos Filho
Renan Lopes Alcantra

RESUMO

O Brasil iniciou sua participação na MINUSTAH em 2004 e na UNIFIL em 2011 e tais missões são exemplo de sucesso da participação brasileira perante a comunidade internacional, o que eleva o potencial do tema para inserção e projeção militar brasileira ante a comunidade internacional. A participação brasileira nesse tipo de missão traz consequências diretas para o adestramento da tropa, evolução do material utilizado, aumento da expressão política e militar contribuindo de sobremaneira na diplomacia e na gestão de parceiros políticos. O estudo aborda o posicionamento brasileiro nessas duas missões e as consequências diretas para o Brasil como nação participante, além das diversas contribuições do emprego das Forças Armadas brasileiras neste tipo de operação e de cunho humanitário, ressaltando aquelas de expressões política e militar do poder nacional que requerem atenção particular de planejadores e assessores nos níveis político e estratégico. A conclusão indica que não há conflitos na participação do Brasil em Operações de Paz com seus objetivos de Defesa, entretanto há que se avaliar a atual conjuntura Nacional para uma nova participação desse tipo.

Palavras-chave: Operação de Paz. Projeção Militar do Brasil. MINUSTAH. UNIFIL

ABSTRACT

Brazil has begun its participation in MINUSTAH in 2004 and UNIFIL in 2011 and these missions are a successful example of Brazilian's participation in the international community, which raises the potential of the theme for Brazilian military insertion and projection in the international community. Brazilian's participation in this type of mission has direct consequences for the training of the troops, the evolution of the material used, the increase of political and military expression, contributing greatly to diplomacy and the management of political partners. The study addresses the Brazilian positioning in these two missions and the direct consequences for Brazil as a participating nation, as well as the various contributions of the employment of the Brazilian Armed Forces in this type of operation and humanitarian nature, highlighting those of political and military expressions of national power that require particular attention from planners and advisers at the political and strategic levels. The conclusion indicates that there are no conflicts in the participation of Brazil in Peace Operations with its defense objectives, however the current National conjuncture for such a new participation must be considered.

Keywords: Peacekeeping Operation. Brazilian's Military Projection. MINUSTAH. UNIFIL

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) exalta, em seu Art.4º, os princípios sob os quais a República Federativa do Brasil rege suas relações internacionais, dentre as quais destacamos, seu inciso II- Prevalência dos direitos humanos; IV Não-Intervenção; V – Igualdade entre os Estados; VI- Defesa da paz; VII- Solução pacífica dos conflitos; e o seu parágrafo único: “*A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.*” (CF/88)

Esses princípios fundamentam a diplomacia brasileira e embasam a participação brasileira em missões de paz. O governo brasileiro enfatiza, principalmente, os princípios de não-intervenção e a resolução pacífica dos conflitos, razão pela qual não enviamos tropas para participação de missões do tipo imposição da paz, pois nesses casos não se tem o consentimento das partes beligerantes. A participação brasileira nas operações de manutenção da paz está sempre condicionada ao estrito cumprimento das normas internacionais.

Ainda na fase embrionária da Organização das Nações Unidas, evoluindo da Liga das Nações, o Brasil teve participação com diplomatas e observadores militares na Comissão Especial das Nações Unidas para os Bálcãs -UNSCOB, teve sua primeira participação com tropas no início de 1956, com o envio da Força de Emergência das Nações Unidas -UNEF, destinada a evitar conflitos entre egípcios e israelenses e cessar a Crise de Suez. Além disso, o Brasil teve participação primordial, recentemente, durante 13 anos no Haiti, na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti -MINUSTAH, trazendo relevância na nossa participação de estabilização política do país caribenho e também no Líbano, com Força Interina das Nações Unidas no Líbano -UNIFIL, essa missão merece destaque por possuir a liderança brasileira da única força naval atuando sob a égide da ONU pelo mundo na atualidade.

Questões como desenvolvimento econômico, direitos humanos e meio ambiente são as principais pautas brasileiras junto às instituições internacionais. Desde a participação do país na Segunda Guerra Mundial e posteriormente com a criação da Liga das Nações, há o pleito de uma participação mais atuante em questões de segurança internacional pelo Brasil, para tal, busca-se desde então, um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

1.1 PROBLEMA

Um dos objetivos desse artigo é realizar uma análise sobre a projeção militar brasileira nas Américas, pautado pelo texto do Art.4º da nossa constituição e por meio do sucesso das participações brasileira na solução de conflitos armados no mundo, com a participação de mais de 24 mil de nossos capacetes azuis por mais de 30 missões de manutenção de paz. Qual a relação da atuação desses soldados com a projeção do Brasil âmbito continente? O Brasil pode se projetar como uma liderança continental por intermédio de suas ações em operações de paz pelo mundo?

1.2 OBJETIVOS

Com o objetivo de identificar os benefícios com a participação brasileira em operações de paz, o presente estudo pretende destacar as recentes participações brasileiras nesse tipo de operação de 2004 a 2019. Para tal foram formulados objetivos específicos para a consecução do objetivo geral de estudo, que permitiram o raciocínio lógico do estudo:

- a) Destacar a importância na projeção militar brasileira nas américas, refletindo o sucesso de sua atuação em missões de manutenção de paz sob a égide da Organização das Nações Unidas, com atuação como Força de Paz nos continentes Americano e Africano.
- b) Destacar a participação brasileira na MINUSTAH;
- c) Destacar a participação da marinha brasileira na UNIFIL;
- d) Descrever os objetivos políticos da participação do Brasil em missões de paz;
- e) Apresentar as evoluções advindas do treinamento, equipamento e procedimentos operacionais para atuação na MINUSTAH e na UNIFIL das Forças Armadas.

1.3 JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES

O Comando da MINUSTAH foi desempenhado por Oficiais Gerais brasileiros desde o início da missão, em 2004, e pode ser considerado como a participação como maior envolvimento brasileiro em missões sob a égide das Nações Unidas. Segundo

Seitenfus (2014), foi a primeira vez que o Brasil comandou uma operação de paz internacional, por intermédio de 14 Oficiais Gerais e o contingente brasileiro no Haiti foi o maior deslocado para fora das fronteiras nacionais desde a segunda guerra mundial, com 26 contingentes.

A MINUSTAH, assim como a UNIFIL adquiriram importância no cenário internacional, possibilitando inferir a busca de interesses de inserção e consolidação nesse sistema internacional.

Verifica-se que tanto a Força Terrestre quanto a Marinha do Brasil foram empregados pelo Brasil, a fim de projetar-se internacionalmente, sendo esta uma das estratégias para sua projeção política perante a comunidade internacional.

Ademais, a pesquisa justifica-se devido à importância da participação brasileira em Operações de Paz, como uma ferramenta que apresenta contribuições nos campos político e militar, bem como de projeção de poder coerente com sua estatura como potência regional, na busca de reconhecimento internacional.

2 METODOLOGIA

Para o alcançar os objetivos traçado, foram feitos levantamentos e leituras bibliográficas e de documentos pertinentes, além de montagem de arquivos digitais (fichamento), resumos e análises.

A coleta de material foi efetivada por intermédio de consultas às bibliotecas digitais do Exército Brasileiro e da Marinha do Brasil. Foram consultados, ainda, periódicos especializados, manuais nacionais, artigos e publicações nacionais e estrangeiras, dados do Ministério da Defesa e da Organização das Nações Unidas.

O trabalho teve prosseguimento com a elaboração do texto, seguindo as questões – objeto de estudo – e enfatizando a situação-problema em torno do emprego do FA Brasileiras na MINUSTAH e na UNIFIL, bem como as conclusões pertinentes com relação às contribuições nos campos político e militar.

2.1 REVISÃO DE LITERATURA

A MINUSTAH constituiu-se no maior desdobramento brasileiro desde a Segunda Guerra Mundial bem como foi a mais longa contribuição para operações de manutenção da paz. Essa missão é destacada também pelo fato do comando do seus

contingentes militares terem sido realizados por generais brasileiros, ininterruptamente, do seu início ao seu término, em 2017.

Nesse período, o Haiti realizou três eleições presidenciais, superou 2 desastres ambientais de grande magnitude, como o terremoto de 2010 e o furacão Matthew, em 2016. Conteve também a atuação de grupos armados que possuíam como área de atuação a capital Porto Príncipe, particularmente nos bairros de Belair, Cité Soleil e Cité Militaire.

A MINUSTAH foi inicialmente criada para apoiar o Governo de Transição para garantir um ambiente seguro e estável; para auxiliar no monitoramento, reestruturação e reforma da Polícia Nacional do Haiti; Para ajudar com programas abrangentes e sustentáveis de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR); para ajudar na restauração e manutenção do estado de direito, segurança pública e ordem pública no Haiti; para proteger pessoal, instalações, instalações e equipamentos das Nações Unidas e para proteger civis sob ameaça iminente de violência física; para apoiar os processos constitucionais e políticos; para auxiliar na organização, monitoramento e realização de eleições municipais, parlamentares e presidenciais gratuitas e justas; para apoiar o Governo de Transição, bem como instituições e grupos de direitos humanos haitianos em seus esforços para promover e proteger os direitos humanos; e monitorar e relatar a situação dos direitos humanos no país. (Divisão de missão de paz, COTer, 2019)

A UNIFIL, em vigor desde 1978, atualmente é uma das mais longas missões de paz da história da ONU, e tem suas origens com intuito de confirmar a retirada da ocupação Israelense no sul do Líbano; restaurar a paz e a segurança na região, e auxiliar o governo libanês a restaurar sua efetividade na região. Porém, como teve seu mandato adaptado diante das evoluções dos acontecimentos entre Israel e o Líbano, particularmente a guerra entre esses dois países em 1982 e, em 2000, com a retirada de Israel do Líbano para a Linha Azul, e com a assinatura da resolução 1701 (2006), expandiu-se para: Monitoramento da cessação das hostilidades; acompanhamento e apoio às Forças Armadas Libanesas (LAF) em todo o Sul, enquanto Israel retira suas forças armadas do Líbano; coordenar essas atividades com os Governos do Líbano e Israel; estender a sua assistência para ajudar a garantir o acesso humanitário às populações civis e o retorno seguro e voluntário dos deslocados; auxiliar as LAF em tomar medidas para o estabelecimento entre a Linha Azul e o rio Litani de um local livre de qualquer pessoal armado, assim como, livre de armas que não sejam as do Governo do Líbano e da UNIFIL operando naquela área; auxiliar o Governo do Líbano para assegurar suas fronteiras e outros pontos de entrada para impedir a entrada no Líbano sem o consentimento de armas ou material conexo.

Originalmente, a UNIFIL foi criada pelo Conselho de Segurança em março de 1978 para confirmar a retirada israelense do Líbano, restaurar a paz e a segurança

internacional e ajudar o governo libanês a restaurar sua autoridade efetiva na área. O mandato teve que ser ajustado duas vezes, devido às evoluções em 1982 e 2000.

Após a crise de julho / agosto de 2006, o Conselho reforçou a Força e decidiu que, além do mandato original, iria, entre outras coisas, monitorar a cessação das hostilidades; acompanhar e apoiar as forças armadas libanesas enquanto se deslocam pelo sul do Líbano; e estender sua assistência para ajudar a garantir o acesso humanitário às populações civis e o retorno voluntário e seguro das pessoas deslocadas. (<https://peacekeeping.un.org/en/mission/unifil>, tradução do autor, 2010)

O Brasil assumiu, no dia 15 de fevereiro de 2011, o comando da Força-Tarefa Marítima (MTF) e conta com a fragata Liberal, navio capitânia da Força Tarefa Marítima da UNIFIL, além da participação de 222 militares da Marinha do Brasil, inclusive com comandante da MTF. A atuação do Brasil nessa operação está vinculada ao combate ao tráfico de drogas e armas nas águas Libanesas e também ao treinamento da marinha de guerra libanesa. De acordo com dados da ONU, temos a participação dos *Peacekeepers* brasileiros na referida missão:

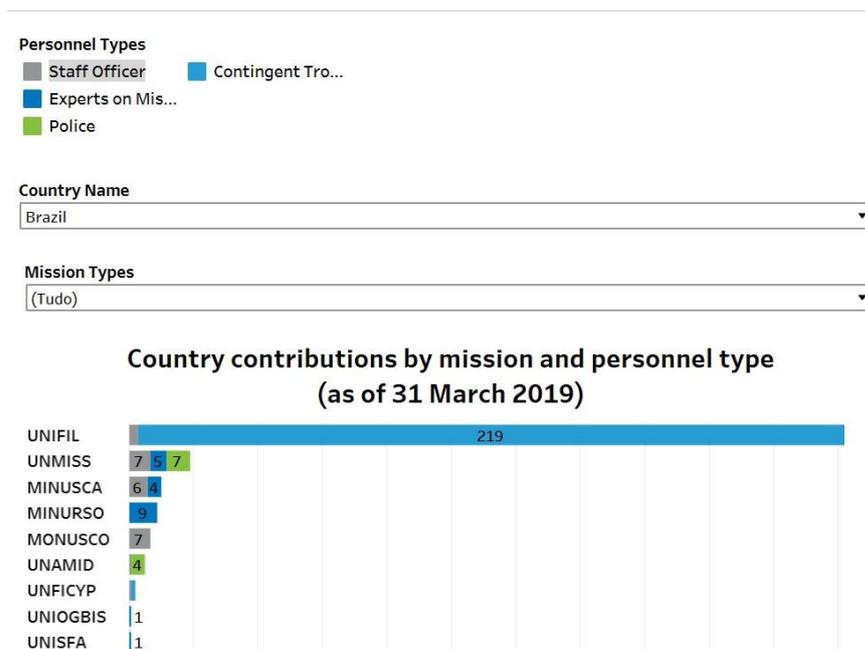


Gráfico 1: Contribuição Brasileira em Missões de Paz em 31 de Março de 2019
Fonte: <https://peacekeeping.un.org>

O sucesso brasileiro é traduzido pelas palavras de David Harland (2009), Diretor da Europa e América Latina do Escritório de Operações do Departamento de Missões de Paz da ONU em que diz que o BRABAT é um tipo especial de tropa, difícil de encontrar em missões de paz da ONU, por sua postura, seriedade e, ao mesmo tempo, pelo relacionamento cordial com a população.

Mostrando a grande credibilidade que o soldado da paz brasileiro traz diante da comunidade internacional, e o sucesso dessas missões, pode ser o grande alicerce dos interesses brasileiros ao pleito de cadeira permanente no conselho de segurança. E nas palavras de Garcia (2012) que afirma que o Brasil desfruta, na atualidade, de uma posição de destaque no contexto internacional com estabilidade política, o que permite ao País buscar maior influência no mundo por meio do aumento de sua representatividade na Organização das Nações Unidas (ONU).

2.2 COLETA DE DADOS

Na sequência do aprofundamento teórico a respeito do assunto, o delineamento da pesquisa contemplou a coleta de dados pelos seguintes meios: ficha de coleta de dados.

2.2.1 Procedimentos Metodológicos

Para que ocorresse a pesquisa e os conhecimentos fossem produzidos e compilados, fizemos um estudo bibliográfico com fontes secundárias e algumas primárias também. A triagem das fontes para coleta de dados visará atingir autores de renome acadêmico, prioritariamente militares. Dessa forma, enriquecendo e substanciando tal estudo.

A pesquisa se moldará por meio das etapas de escolha e delimitação do tema, uma problematização acerca do tema e a construção de um plano de desenvolvimento. Tal plano será responsável por enumerar os assuntos necessários para a compreensão plena do tema, ficando selecionados para compor as seguintes seções secundárias:

3.1 MINUSTAH: visa elencar a participação das FA brasileiras e identificar os fatores de sucesso de 13 anos de missão no país caribenho.;

3.2 UNIFIL: pretende expor a participação da Marinha do Brasil no combate aos ilícitos no Líbano.

2.2.3 INSTRUMENTOS:

Foi realizado o Contato com o Centro de Operações de Paz do Brasil que é o grande centro de capacitação de civis, policiais e militares para atuação em operações de paz, bem como pesquisas bibliográficas acerca do assunto. Dessa forma pode-se

acessar os dados de pesquisas e relatórios pós missões que alimentam a 5ª Sub Chefia do EME, as informações que alimentam o SADLA (Sistemática de Acompanhamento Doutrinário e Lições Aprendidas), sendo esse, o portal de lições aprendidas do Exército, bem como o Ministério da Defesa e o Ministério das Relações Exteriores. Soma-se à essas fontes a experiência adquirida pelo autor ao participar como comandante de Pelotão de fuzileiro do 24º ContBras no Haiti em 2016.

2.2.4 Análise dos Dados

A partir dessas seções citadas no item “procedimentos metodológicos” iremos argumentar, discutir os resultados e concluir o trabalho.

Buscar-se-á verificar as bibliografias, trabalhos referentes ao assunto e lições aprendidas com a participação do Brasil em operações de paz, especificamente a MINUSTAH e a UNIFIL. Registros, relatórios e artigos científicos sobre a atuação das FA brasileiras nesse tipo de operação serão aproveitados, facilitando a análise e conclusões acerca do assunto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 MINUSTAH

Desde sua criação, a missão foi alvo de pressões para que se mantivesse os componentes militar e policial no país por período curto devido aos altos custos de se manter tais componentes e que a atuação das Nações Unidas fosse estritamente quanto à construção institucional. Tal preferência tinha por objetivo claro de se reduzir os gastos com operações de manutenção de paz e a crença de que, pela proximidade, os Estados Unidos deveriam arcar com os custos de tais operações.

Porém, a missão permaneceu no país por 13 anos, e seu mandato manteve as características originais e adquiriu novas funções na área de fortalecimento institucional e apoio à promoção do desenvolvimento. Em parte, os desastres naturais, como o terremoto (2010) e furacão *Matthew* (2016), no qual o autor exercia a função de comandante de pelotão de fuzileiros, fizeram que a MINUSTAH exercesse esforço de cunho humanitário, além de articulações providas dos países da América Latina, tais como Chile, Bolívia, Paraguai, Panamá e claro, o Brasil, dentre outros,

contribuintes com efetivos policiais e militares, explicitando o esforço latino-americano visando a estabilização de longo prazo.



Figura Nr 1: Soldados brasileiros do 24º ContBras realizando distribuição de gêneros alimentícios após a passagem do Furacão Matthew (2016)

Fonte: o autor

A MINUSTAH trouxe para o Brasil a importância de que para um país classificado como “potência” é de suma importância a participação em operações de paz, porém não apenas com tropas, nem mesmo o comando da missão. O Brasil deve estar preparado para contribuir na negociação de mandatos, transferindo em cada missão de paz a visão do *Peacekeeper* brasileiro, bem como sua visão de mundo. A liderança da missão no Haiti qualificou o Brasil, de maneira relevante no cenário mundial, para ser interlocutor, merecedor do respeito internacional.

As missões de paz, o desejo de participar do Conselho Permanente de Segurança das Nações Unidas e em outros órgãos internacionais estão inseridas na Política Externa Brasileira. Nesse sentido, a MINUSTAH foi um alicerce dessa política para o protagonismo brasileiro na América Latina e Caribe, do ponto de vista diplomático

Assim, Sardenberg (2006) enfatiza que a MINUSTAH foi levada a efeito por meio de uma política externa determinada a dar maior inserção brasileira no cenário mundial.

Segundo Paixão (2008), o Brasil, ao aceitar o comando da MINUSTAH, realiza uma estratégia pela busca de espaço onde possa exercer relativa autonomia, tal anseio supera os custos e fortalece o papel de protagonismo do Brasil diante da comunidade internacional:

Participar da MINUSTAH é dispor de capacidade de projeção de poder, visando à eventual participação em operações estabelecidas ou autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU, organização de maior universalidade e legitimidade no campo da paz e da segurança; e “participar de missões de paz e ações humanitárias de acordo com os interesses nacionais”. Aspectos que, por não definirem especificamente qual é a categoria operacional de operação de paz, como a PND/96 estabelecia, ampliam a possibilidade da participação brasileira para qualquer categoria operacional de missões de paz sob a égide da ONU. (PAIXÃO, 2008, p.65).

Segundo Campos (2013), nota-se que a prática na política externa e o pensamento da classe diplomática brasileira, desde muito tempo, deram o suporte necessário ao processo de ampliação da participação de tropas brasileiras em Operações de Manutenção de Paz das Nações Unidas. Este desejo político foi materializado em 2004, quando o Brasil assumiu a condução da MINUSTAH, ascendendo à posição de ator de destaque no contexto do sistema de segurança internacional.

Façanha (2017) acredita que, com o aumento das ações das Nações Unidas, a estratégia da Política Externa Brasileira está concretizada na participação ativa nos debates sobre a reforma da ONU e do seu Conselho de Segurança, na formulação de novas normas internacionais e na disposição do Brasil em ajudar nas tarefas da Organização, sendo a de maior destaque as missões de paz.

Para Lannes (1998), a atuação em missões de paz corrobora como instrumento da política externa brasileira:

Em todas as oportunidades que se apresentaram, nossos efetivos militares, em particular o Exército Brasileiro, demonstraram o seu alto nível de capacitação técnico-profissional, com um desempenho destacado internacionalmente, incorporando uma enriquecedora experiência militar que tem se constituído num fator de fundamental importância para o incremento dos seus índices de motivação e de profissionalismo. Tudo num contexto que ratifica a efetividade do emprego da expressão militar como um instrumento da política externa brasileira. (LANNES, 1998, p.15)

O Exército Brasileiro, ao todo, enviou 26 contingentes, de 2004 a 2017 para o Haiti (MINUSTAH). A MINUSTAH contou com cerca de 2.342 militares no Haiti, dentre os quais 980 sendo do Brasil, no último ano de missão.

A projeção do vetor militar é um dos fatores mais nítidos e visíveis desta operação. Teoricamente, o Brasil seria mais um entre todos os países participantes da MINUSTAH. Entretanto, em razão de o comandante das forças militares ser Oficial General brasileiro desde a implantação desta missão coloca o País numa posição de destaque e que simultaneamente amplia sua responsabilidade. (DIAS, 2010).

Em relação ao adestramento operacional, a participação do Brasil na MINUSTAH auferiu enormes benefícios para o Exército Brasileiro (EB). Hoje, cerca

de 10% do efetivo permanente tem experiência profissional em missão de paz. Este percentual não está concentrado em poucos Comandos Militares, pelo contrário, está presente praticamente em quase todas as organizações militares distribuídas pelo território nacional, tornando assim um vetor de irradiação de conhecimento, apresentando inúmeras vantagens e ensinamentos. (DIAS, 2010).

Sempre respeitando as diferenças culturais, históricas, religiosas, sem jamais desrespeitar a população, nossa missão durante esses 13 anos de missão consistiu, basicamente, contribuir para um ambiente seguro e estável para o reestabelecimento da normalidade política e social do Haiti.

A MINUSTAH, conforme a Resolução do Conselho de Segurança, possuía os seguintes objetivos:

- 1) Substituir a Força Multinacional Interina (MIF), no período de 01 a 30 Jun 04;
- 2) apoiar a Polícia Nacional do Haiti (PNH) no controle de armas, na implementação de medidas de segurança pública e no desarmamento de grupos revoltosos;
- 3) apoiar na restauração da lei e da ordem no Haiti;
- 4) proteger o pessoal da ONU e suas instalações e equipamentos, garantindo sua liberdade de movimento;
- 5) apoiar a realização de eleições municipais, parlamentares e presidenciais;
- 6) proteger civis e grupos vulneráveis contra a violação dos direitos humanos; e
- 7) apoiar as atividades de assistência humanitária.

A participação brasileira na MINUSTAH, de acordo com Pinheiro (2015), foi a maior operação militar no exterior desde a Segunda Guerra Mundial, permitindo o aparelhamento das organizações militares envolvidas, intercâmbios e aprimoramentos profissionais.

De acordo com Nasser (2012), a indicação de oficiais gerais brasileiros ao posto de comandantes do componente militar da MINUSTAH também fez com que o Brasil influenciasse as esferas de tomada de decisão do componente militar, nas relações com o governo haitiano e com a comunidade internacional, contribuindo para alcançar os objetivos da Política Externa Brasileira (PEB).

Devido às peculiaridades do Haiti, o envio de militares brasileiros para a MINUSTAH também serviu, segundo Lessa (2007), como um treinamento das Forças Armadas para, eventualmente, enfrentar situações de repressão à criminalidade no

Brasil, como no Rio de Janeiro e para futuras ações do tipo, em caso de novo pedido pela ONU.

3.2 COMPOSIÇÃO DE TROPAS DA MINUSTAH

As Forças armadas se fizeram presentes, a partir de 2004, no Haiti com um Batalhão (BRABAT), uma companhia de Engenharia de Força de Paz (BRAENGCOY), bem como um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, além do *Force Commander* (Comandante do componente militar de toda a missão), projetando internacionalmente ainda mais o Brasil, ao liderar a missão.

Yoshida (2011) menciona que os contingentes de tropa que o Brasil tem enviado ao Haiti estão enquadrados nos Batalhões de Infantaria de Força de Paz (BI F Paz HAITI), também conhecidos como Brazilian Battalion (BRABAT), na Companhia de Engenharia de Força de Paz (Cia E F Paz HAITI), também denominada Brazilian Engineering Company (BRAENGCOY), e no Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais-Haiti (GptOpFuzNav-Haiti).

O BRABAT e a BRAENGCOY são compostos por cerca de 800 (oitocentos) e 250 (duzentos e cinqüenta) militares do Exército Brasileiro, respectivamente. Esses contingentes realizaram um treinamento de seis meses no Brasil, nas sedes de suas guarnições, com orientação do antigo CIOPaz, atual Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB). Após o treinamento, as tropas embarcam para o Haiti, onde permanecem por períodos de seis meses a um ano.

3.3 ATUAÇÃO DAS TROPAS DO EB

Para Nasser (2012), no início, a MINUSTAH não se tratou de uma missão de paz clássica, mas sim de uma missão complexa de violência urbana generalizada, que requeria uma tropa muito bem treinada, devido à presença de civis no contexto de um cenário urbano, principalmente em Porto Príncipe, onde a maioria das tropas estava desdobrada. Os primeiros contingentes brasileiros precisaram readaptar a sua forma de atuação, desenvolvendo táticas, técnicas e procedimentos para enfrentar um ambiente hostil.

Os primeiros contingentes que atuaram na MINUSTAH, de 2004 até 2006 (do 1º ao 6º) auxiliaram na pacificação do Haiti. Nesse sentido, segundo Cavalcante (2010),

entre 2004 e abril de 2006 o ambiente no Haiti ficou mais seguro e estável. Várias operações foram desenvolvidas pelas tropas da MINUSTAH em cooperação com a Polícia Nacional Haitiana (PNH), com a realização de patrulhamentos nas favelas e estabelecimento de checkpoints nas principais rodovias, visando a detenção de líderes de gangues e o aumento da confiança da população na Polícia Nacional Haitiana, uma vez que a imagem desta estava desgastada devido às ações corruptas e ao desrespeito aos direitos humanos. Dentre as referidas operações, a que mais se destacou foi a que garantiu a segurança do processo eleitoral de fevereiro de 2006.

A partir do 7º ao 19º contingente, tem-se mais nítido os trabalhos de reconstrução da paz no país, com o intuito de se manter condições estáveis de funcionamento dos poderes e apoio ao processo político. Nesse período ainda, o BRABAT contribuiu para a redução da violência além de ocupar *Cité Soleil*, a maior favela haitiana.

De acordo com Dias (2010) que ressalta que as experiências adquiridas na MINUSTAH proporcionaram ao EB embasamento para a geração e a produção de conhecimento, na prática em Operações de Garantia da Lei e da Ordem e em Operações Psicológicas. Tais operações possibilitaram a motivação profissional, e o incremento de experiências, agregando conhecimento militar e novas culturas. Acrescentando ainda, neste contexto, a valorização profissional dos militares e o aumento do moral da tropa. (DIAS, 2010).

Segundo Lima (2017), o grande diferencial das tropas brasileiras, em relação às outras do Componente Militar da MINUSTAH, foi o patrulhamento a pé e a interação do soldado brasileiro com o povo do Haiti, fruto das operações militares e das ajudas humanitárias, inclusive com a participação de militares de outros exércitos, como o norte-americano, contribuindo para o aumento da confiança mútua entre os atores internacionais presentes no Haiti. Para Cabral (2012), as atividades realizadas pelos militares brasileiros com tropas de outros países contribuíram para um excelente nível de intercâmbio profissional e cultural, proporcionando sucesso nas operações de estabilidade, de apoio ao Haiti e de projeção do Brasil no cenário internacional.



Figura Nr 2: Soldados brasileiros do 24º ContBras realizando patrulhamento nas mediações do Palácio Nacional Haitiano (2016)

Fonte: O Autor

Campos (2013) afirma que foram levantados como principais, cinco fatores de sucesso dos brasileiros na condução da MINUSTAH, a saber: a qualidade profissional do militar brasileiro; o fato de o comandante militar da missão (Force Commander) ser oficial general brasileiro; serem brasileiros a maioria dos militares empregados na missão; não dispor as forças adversas presentes no Haiti de apoio externo; e o baixo nível de organização/centralização dessas forças adversas.

3.4 Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL)

Outra participação brasileira, essa com participação essencialmente da Marinha do Brasil, a ser tratada é Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). Essa missão foi aprovada pela Resolução no 426 (1978) do Conselho de Segurança da ONU, e estabelecida com o mandato específico de assegurar a retirada das tropas israelenses do sudeste do Líbano, reestabelecer a paz e segurança da região e auxiliar o governo do Líbano a recuperar a autoridade efetiva na área (ONU, 1978). Após a 2ª Guerra do Líbano e as recorrentes ofensivas hostis tanto do Hezbollah quanto de Israel, em 2006, o Conselho de Segurança aprovou outra Resolução (nr 1.701), aumentando as tropas da UNIFIL e fomentando um ambiente que possibilitou a criação, meses mais tarde, da Força-Tarefa Marítima (FTM), que veio a substituir a Força Marítima Europeia (EMF).

As principais atividades desenvolvidas pela FTM são: estabelecer uma presença naval e vigilância sobre a Área de Operações Marítimas, com prioridade para as águas territoriais libanesas; e conduzir Operações de Interdição Marítima (MIO), incluindo identificar e, dentro das águas territoriais libanesas, parar, desviar ou encaminhar embarcações mercantes suspeitas para inspeção pelas autoridades

libanesas. Caso solicitado pela Força Armada Libanesa-Marinha (LAF-Navy), a FTM também pode embarcar e inspecionar um navio suspeito (Unifil, 2000, p. 1).

O Brasil já enviou mais de 2 mil homens para essa missão de paz, entre os anos de 2011 e 2017. Em outubro de 2017, por exemplo, havia a presença de 205 militares brasileiros de um total de 10.382, com a atuação brasileira perdurando até os dias atuais. A UNIFIL é peculiar pelo fato de ser a primeira missão de paz da ONU e do Brasil em ambiente marítimo (UNIFIL, 2017). A Marinha do Brasil possui um navio e uma aeronave orgânica na costa libanesa com o intuito de impedir a entrada de armas ilegais e contrabandos naquele país, auxiliando a reestruturação e treinamento da marinha libanesa, para que essa exerça suas funções de maneira autônoma, que por ora, encontra-se em desenvolvimento de procedimentos e doutrinas.



Figura 3: Fragata brasileira que atua no Líbano
Fonte: <https://www.defesa.gov.br/>

Abaixo verifica-se um gráfico com a participação de tropas de 43 países, totalizando 10.556 militares, dos quais, 222 são brasileiros.

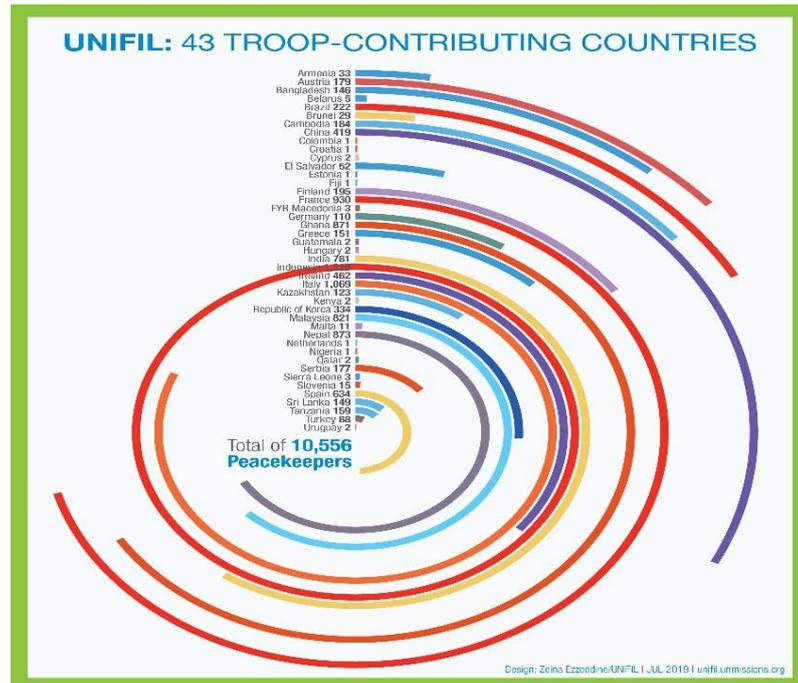


Gráfico 2: Contribuição por países na UNIFIL em 16 de agosto de 2019
 Fonte: <https://unifil.unmissions.org/infographics>

Segundo asseveram Hirst e Nasser (2014), o fato de um membro extra OTAN ter assumido o comando da FTM pela primeira vez representou um importante marco na elevação do status internacional da Marinha do Brasil, participação esta que está plenamente coerente com sua missão, que compreende preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a defesa da Pátria; [...]; e para o apoio à Política Externa.

A experiência adquirida pelo Brasil na UNIFIL, sendo a nação que segue à frente do comando dessa missão por mais tempo, e considerando o seu alto desempenho, o credencia a exercer outros encargos, quer em missões de paz, quer em organismos e fóruns de discussão internacionais, como na própria ONU, corroborando com o pensamento do sucesso da MINUSTAH. Assim, a qualificação obtida por muitos dos militares brasileiros na UNIFIL, ao longo dos últimos anos, auxilia nas opções e possibilidades na ocupação daqueles cargos e encargos.

Em relação aos motivos que levaram o Brasil a assumir a liderança da FTM, na UNIFIL, Abdenur (2016) indica três principais vetores: A aspiração de tomar parte mais diretamente em questões de segurança no Oriente Médio; os laços históricos e políticos existentes entre Brasil e Líbano; e a possibilidade de o País expandir sua

capacidade naval, em conformidade com a estratégia naval de defesa para o Atlântico Sul.

A acadêmica Adriana Erthal Abdenur, em *International Peacekeeping*, postulou três principais motivações para seu envolvimento contínuo: “projetar o Brasil na segurança internacional; aprofundamento das relações bilaterais com o Líbano; e capacitação naval com vistas a expandir o papel do Brasil no Atlântico Sul.”

A opinião a respeito da UNIFIL, de acordo com Secretário Geral, é de que:

A estabilidade do Líbano é um “bem público regional”. Quase 10 anos após a adoção da resolução 1701 (2006), prevalece uma relativa calma ao longo da Linha Azul, o que constitui um avanço positivo. Mas não se deve confundir calma relativa com estabilidade duradoura. Muitas das causas profundas do conflito ainda continuam sem solução. O potencial preventivo de longo prazo da Resolução nos exige, ativa e coletivamente, seguir adiante na sua implementação¹⁶ (UN, 2016g, p. 17, tradução nossa).

3.5 A ATUAÇÃO BRASILEIRA NA UNIFIL

A UNIFIL, bem como a MINUSTAH, possui por vezes, missões de cunho humanitário, assim foi por ocasião do resgate de 220 refugiados de uma embarcação em risco no Mar Mediterrâneo, em setembro de 2015, onde a maioria das pessoas salvas eram mulheres e crianças, dentre elas quatro bebês.



Figura 4: Crianças resgatadas no mar mediterrâneo (Turquia)

Fonte: <https://www.naval.com.br/>

Verifica-se o valor do soldado brasileiro, mais uma vez, sem intuito de heroísmo, mas sim de levar ajuda sincera àqueles que mais necessitam, característica nítida no *Peacekeeper* brasileiro, ressaltado pela declaração do comandante do navio,

capitão de fragata Alexandre Amendoeira Nunes: “Me sinto apenas um cidadão, um servidor da Marinha do Brasil. Sinto muito orgulho do que faço perante o Brasil. Nada de heroísmo, apenas a nossa função de salvaguarda da vida no mar, como somos treinados desde os bancos escolares. Não considero isso heroísmo, mas parte do nosso dever na Marinha do Brasil.” Corroborando assim com Celso Amorim, Ministro da Defesa no período 4 de agosto de 2011 a 1º de janeiro de 2015, em que afirmou que o Brasil é “um país provedor da paz”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Mergulhão (2018) Do ponto de vista militar, o Brasil enviou 26 contingentes em sistema de rodízio, o que viabilizou o acúmulo de importantes experiências profissionais e pessoais, com positivos impactos para as Forças Armadas. A MINUSTAH foi fundamental para que o preparo para atuar em missões de paz pudesse ser aperfeiçoado, tornando-se referência mundial. Em termos estratégicos, o País conseguiu manter um oficial general na condição de comandante das forças da ONU (*Force Commander*) durante todo o período em que perdurou a missão, fato até então inédito na ONU.

Verifica-se que os militares com participação na MINUSTAH obtiveram um excepcional nível de adestramento, haja vista seu preparo ainda em solo brasileiro que se complementa no dia-a-dia de labuta já em solo haitiano. Todo o *Know how* adquiridos por esses militares se capilarizam por toda a força quando do retorno deles culminando na disseminação do conhecimento e das boas práticas pela instituição, mantendo-se o alto nível de adestramento e prontidão da nossa Força.

Portanto, objetivando-se a inserção do Brasil no sistema de paz internacional, verifica-se que a participação do Brasil na MINUSTAH, no campo militar, é benéfica para o País, pois contribuiu para que passos sólidos sejam dados em direção à consolidação do Brasil nesse processo, sendo desejável a atuação de nossas forças armadas em outras importantes operações multilaterais.

A participação do Brasil em Operações de Paz, como a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti e a Força Interina das Nações Unidas no Líbano, é uma fonte incalculável de aprendizado para as forças armadas brasileiras. Estas participações ensejam ao Brasil a atribuição de uma importância crescente no cenário político e militar mundial. “Intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e

sua maior inserção em processos decisórios internacionais” (BRASIL, 2012, p. 29). Buscando-se sempre ampliar a imagem do Brasil na comunidade internacional e reforçar seu anseio por uma participação mais ativa nos foros mundiais de decisão, eixada aos seus preceitos constitucionais de defesa da paz, solução pacífica dos conflitos e cooperação entre os povos, culminando com o aumento da projeção brasileira no cenário mundial e, conseqüentemente, no continente americano, fazendo crescer o prestígio da política externa.

O reconhecimento da ONU por uma maior participação do Brasil, com o notório reconhecimento de boas práticas e com o objetivo do desenvolvimento internacional é uma excelente oportunidade para o país em que, se bem aproveitada, possa projetar a imagem do Brasil perante a comunidade internacional. Entretanto, é sabido que o Brasil enfrenta árduos desafios para inserir-se nesse contexto internacional, contudo deve-se buscar aumentar a qualidade e quantidade de tais missões.

Mesmo havendo interesse na participação em outras operações de paz, o Brasil, atualmente, encara outros desafios conforme o exposto abaixo:

1) A agenda política do país tende a focar em questões internas, como as questões econômicas, sociais e tributárias, com a redução do desemprego, segurança pública e industrialização, o que pode deixar de priorizar atuações de militares brasileiros na arena internacional, por parte do Congresso Nacional.

2) O governo brasileiro, como um todo, promove uma mentalidade de enxugamento da máquina pública, incluindo o setor de defesa, e tais recursos podem ser vistos por parte da sociedade como desnecessários nesta fase em que o país se encontra.

3) A maior presença do Brasil em operações de paz mais complexas e robustas pode representar um dano à imagem pacifista.

De acordo com nota enviada pelo Ministério da Defesa ao jornal *Sputnik Brasil*, o Brasil optou por negar o convite para participação da Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA).

O governo brasileiro declinou da consulta realizada pelo secretariado das Nações Unidas para o envio de tropas para Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização na República Centro Africana (MINUSCA) e para a Missão das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do Congo (MONUSCO). Informamos ainda que, o Brasil permanece com o seu compromisso internacional de colaborar com a paz mundial, mantendo aberto o diálogo com a ONU e permanecendo em condições de contribuir, no futuro, para outras missões de manutenção de paz (MD *apud* Patrick e Russo, 2018, p. 1).

Ainda nesse sentido, segundo a *Revista Piauí* (2018), a conjuntura atual (sociopolítica e orçamentária) acabou por influenciar a decisão de declinar ao convite para a participação brasileira na MINUSCA. Os dois principais fatores teriam sido a intervenção federal das Forças Armadas no Rio de Janeiro (2018), com um efetivo de até 30 mil militares, incorrendo em um custo de cerca de R\$ 1,2 bilhão, e o envio de militares para oferecer assistência humanitária aos refugiados venezuelanos em Roraima, por meio de um crédito emergencial dado ao Ministério da Defesa no valor de R\$ 190 milhões.

Por fim, cabe ressaltar que o êxito por ocasião da participação do Brasil nessas duas missões fruto deste trabalho, notoriamente reconhecido pela ONU e por toda a comunidade internacional, o Brasil encontra-se pronto para assumir o protagonismo em futuras missões de paz. Haja vista que as últimas participações brasileiras contribuíram para o aumento da influência do Brasil junto à comunidade internacional, atingindo uma posição de acordo com sua estatura estratégica, sendo uma primordial ferramenta para o aumento de seu prestígio. Além disso, tais missões foram e são uma excelente oportunidade de preparo de suas FA. Portanto, tais missões são um importante instrumento de projeção de poder que objetivam atingir os pleitos nacionais no âmbito internacional.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal. Rising Powers in Stormy Seas: Brazil and the UNIFIL Maritime Task Force. *International Peacekeeping*. Vol. 23, nº 3, 2016, p. 389-415. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/toc/finp20/23/3?nav=tocList>. Acesso em: 22 abr. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. **MD34-M-02: MANUAL DE OPERAÇÕES DE PAZ**. 3. ed. Brasília, DF, 2013.

_____ (2019). Exército Brasileiro - 5ª Subchefia do Estado-Maior. Base de dados com o número de militares brasileiros que participaram de todas as missões de paz da ONU e OEA.

CF. Constituição Federal de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 24 de abril de 2019.

EME. Estado-Maior do Exército. Disponível em <http://www.eme.eb.mil.br/>. Acesso em 26 de abril de 2019.

FAÇANHA, Luiza Café Figueiredo. As Motivações da política externa brasileiras para Participar das Missões de Paz das Nações Unidas: O Caso do Haiti. Apresentado na II Conferência da Associação Brasileira de Estudos de Defesa. Disponível em: <http://www.abedef.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=73>. Acesso em 3 março. 2018.

Instituto Igarapé. A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Disponível em: <<https://igarape.org.br/temas/consolidacao-da-paz/>>. Acesso em 01 maio. 2018b.

ITAMARATY, MRE. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>>. Acesso em: 28 Abr 2019

Kawaguti, Luís. *A República Negra - Histórias de um Repórter Sobre as Tropas Brasileiras no Haiti*. Globo Editora, 2006

LANNES, Ulisses Lisboa Perazzo. *O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1998. Disponível em <http://www.iea.usp.br/artigos>. Acesso em 18 de março de 2018

LIMA, Moacir Mendonça. *A participação do Exército Brasileiro (EB) na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti, no pós-terremoto: contribuições para a projeção internacional do EB em apoio à política exterior do Brasil*. Rio de Janeiro: ECEME, 2017.

MB. Marinha do Brasil. <<http://www.marinha.mil.br>>

MIRANDA, A. L. N. A perspectiva tática no uso da força na proteção do mandato e de civis: o caso Bel Air 2005. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: 13 ANOS DO BRASIL NA MINUSTAH – LIÇÕES APRENDIDAS E NOVAS PERSPECTIVAS, 1. Rio de Janeiro: Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais; PUC-RIO, 2017.

MERGULHÃO, Ganimedes Da Silva. **As contribuições estratégicas, para o Brasil, do emprego do Exército Brasileiro na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti.** 2018. Dissertação (Trabalho de Conclusão de Curso) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, ECEME, Rio de Janeiro, 2018.

MINISTÉRIO DA DEFESA. O Brasil na Unifil (Líbano). Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-de-paz/o-brasil-naunifil-libano>> Acesso em 05 maio 2019.

NASSER, Filipe. Pax Brasiliensis: Projeção de poder e solidariedade na estratégia diplomática de participação brasileira em Operações de paz da Organização das Nações Unidas. In: KENKEL, Kai Michael; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. O Brasil e as Operações de Paz em um mundo globalizado. Entre a tradição e a inovação. Brasília: IPEA, 2012. Cap. 8, p. 213-242.

ONU. United Nations Interim Force in Lebanon. Disponível em: <<https://unifil.unmissions.org/unifil-background>> Acesso em 05 de maio de 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Carta das Nações Unidas. São Francisco, 1945.

PAIXÃO, Severino de Ramos Bento da. O impacto dos novos parâmetros adotados pela ONU para as operações de paz na tradição da Política Externa Brasileira. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, 2008.

PATRICK, I.; RUSSO, M. O Brasil não está preparado para a guerra irregular na República Centro-Africana. **Sputniknews**, abr. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2JvTc7S>>. Acesso em: 01 set. 2019.

_____. Resolution 426 of 19 march 1978. ONU, 1978. Disponível em: <[https://undocs.org/S/RES/425\(1978\)](https://undocs.org/S/RES/425(1978))>. Acesso em: 16 ago. 2019.

_____. Unifil Mission Profile. Unifil, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2uM4JLe>>. Acesso em: 16 ago. 2019

UNITED NATIONS. Department of Peacekeeping Operations. United Nations Peacekeeping Operations. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/contributors.shtml>. Acesso em: 21 abr 2019.

UNITED NATIONS INTERIM FORCES IN LEBANON (UNIFIL). **UNIFIL Maritime Task Force.** Nova York: United Nations, 2016a. Disponível em: <<http://unifil.unmissions.org/Default.aspx?tabid=11584&language=en-US>>. Acesso em: 09 set 2019.

